

Demonstrações Contábeis

Windepar Holding S.A

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Balanço patrimonial	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas, da
Windepar Holding S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Windepar Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Empréstimos, financiamentos e debêntures e Cláusulas contratuais restritivas (“Covenants”)

Conforme divulgado na nota explicativa 11, a Companhia e suas controladas possuem passivos financeiros significativos, os quais compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, no montante de R\$72.752mil e R\$342.731mil na controlada e consolidado, respectivamente. Adicionalmente, dada a natureza e volume destas operações financeiras, a Companhia e suas controladas estão sujeitas ao atendimento de determinados índices financeiros restritivos (“Covenants”).

O endividamento da Companhia e suas controladas, incluindo o atendimento aos índices financeiros contratados, foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista que o descumprimento desses índices financeiros e conseqüente mudança no cronograma de vencimento dessa dívida podem ter efeitos relevantes sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envio de cartas de confirmação às instituições financeiras e agentes fiduciários, revisão das escrituras de debêntures e dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures e suas alterações, e recálculo dos índices financeiros constantes das cláusulas restritivas e avaliação da aderência aos requerimentos dos respectivos contratos de dívida e cumprimento dos *covenants* financeiros. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto, as quais se encontram na nota explicativa 11.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o endividamento e correspondentes cláusulas contratuais restritivas (“Covenants”), que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 11 às demonstrações contábeis, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento de suas operações e de suas controladas.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.



Building a better
working world

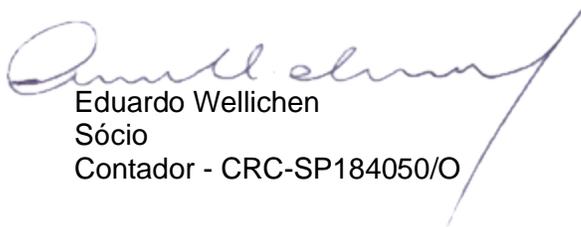
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público

São Paulo, 28 de março de 2023.

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O



Eduardo Wellichen
Sócio
Contador - CRC-SP184050/O

Windepar Holding S.A.
Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo					
Circulante					
		16.429	12.570	40.159	45.378
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.767	3.135	7.166	5.579
Investimentos de curto prazo	6	-	-	20.540	28.824
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	1.299	969
Contas a receber de clientes	7	-	-	8.599	7.808
Impostos de renda e contribuição social a compensar		758	776	758	776
Despesas pagas antecipadamente		-	-	1.180	818
Dividendos e capital a receber	15	11.904	8.659	-	-
Outros ativos		-	-	617	604
Não circulante		290.685	300.081	560.990	577.317
<u>Realizável a longo prazo</u>					
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	62.236	55.761
Outros ativos		-	-	53	20
Investimento em controladas	8	290.685	300.081	-	-
Imobilizado	9	-	-	481.307	503.704
Intangível	10	-	-	17.394	17.832
Total do ativo		307.114	312.651	601.149	622.695
Passivo					
Circulante					
		7.050	4.948	36.723	33.985
Empréstimos, financiamento e debêntures	11	7.039	4.936	28.334	25.122
Arrendamentos		-	-	108	92
Fornecedores	12	4	4	3.659	3.692
Salários, férias e encargos sociais		-	-	537	512
Impostos de renda e contribuição social a recolher		-	-	840	1.139
Outros tributos a recolher		5	3	611	544
Provisões de constituição de ativos	13	-	-	2.558	2.558
Provisão para compensação ambiental		-	-	50	305
Outros passivos		2	5	26	21
Não circulante		65.713	68.365	330.075	349.372
Empréstimos, financiamento e debêntures	11	65.713	68.365	314.397	332.361
Arrendamentos		-	-	3.293	4.881
Provisão para desmobilização de ativos	16	-	-	12.130	12.130
Provisão para compensação ambiental		-	-	255	-
Total do passivo		72.763	73.313	366.798	383.357
Patrimônio líquido					
		234.351	239.338	234.351	239.338
Capital social	17	298.455	298.455	298.455	298.455
Prejuízos acumulados		(64.104)	(59.117)	(64.104)	(59.117)
Total do passivo e patrimônio líquido		307.114	312.651	601.149	622.695

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Windepar Holding S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	Exercício findo em		Exercício findo em		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Receita operacional líquida	18	-	-	66.376	76.322
Custos operacionais					
Compra de energia elétrica		-	-	(124)	(6)
Encargos do uso da rede elétrica		-	-	-	(152)
Custos dos serviços prestados	19	-	-	(36.514)	(35.591)
		-	-	(36.638)	(35.749)
Lucro bruto		-	-	29.738	40.573
(Despesas) Receitas operacionais					
Administrativas e gerais	19	(727)	(689)	(3.508)	(3.427)
Resultado de equivalência patrimonial	8	6.215	12.880	-	-
Outras receitas operacionais		-	-	2	44
		5.488	12.191	(3.506)	(3.383)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		5.488	12.191	26.232	37.190
Despesas financeiras	20	(10.896)	(13.816)	(36.403)	(38.544)
Receitas financeiras	20	421	173	10.689	3.622
		(10.475)	(13.643)	(25.714)	(34.922)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(4.987)	(1.452)	518	2.268
Imposto de renda e contribuição social	21	-	-	(5.505)	(3.720)
Prejuízo do exercício		(4.987)	(1.452)	(4.987)	(1.452)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Windepar Holding S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício	(4.987)	(1.452)	(4.987)	(1.452)
Resultado abrangente do exercício	<u>(4.987)</u>	<u>(1.452)</u>	<u>(4.987)</u>	<u>(1.452)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Windepar Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	212.284	(57.665)	154.619
Aumento de capital	86.171	-	86.171
Prejuízo do exercício	-	(1.452)	(1.452)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	298.455	(59.117)	239.338
Prejuízo do exercício	-	(4.987)	(4.987)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	298.455	(64.104)	234.351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Windepar Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.987)	(1.452)	518	2.268
Ajustes no resultado para:				
Depreciação e amortização	444	444	22.292	22.100
Resultado de equivalência patrimonial	(6.215)	(12.880)	-	-
Encargos sobre dívidas, arrendamentos e mútuo	10.864	13.781	35.825	38.067
Receita de aplicações financeiras	-	(73)	(10.267)	(3.585)
Baixa de ativos	-	-	-	35
	106	(180)	48.368	58.885
(Aumento) redução no ativo				
Contas a receber	-	-	(791)	(542)
Tributos a compensar	18	(73)	18	(81)
Despesas pagas antecipadamente	-	2	(362)	(805)
Outros ativos	-	-	(13)	533
	18	(71)	(1.148)	(895)
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	-	4	(33)	1.079
Salários, férias e encargos sociais	-	-	25	(77)
Tributos a recolher	2	2	(1.559)	853
Provisões de constituição de ativos	-	-	-	(407)
Outros passivos	(1)	2	5	(18)
	1	8	(1.562)	1.430
Impostos e contribuições pagos sobre o lucro	-	-	(4.211)	(2.616)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	125	(243)	41.447	56.804
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Resgates de aplicações financeiras	-	-	44.129	35.214
Investimentos em aplicações financeiras	-	-	(32.383)	(43.287)
Recebimento por redução de capital em controladas	11.920	5.500	-	-
Dividendos recebidos	-	733	-	-
Adições no imobilizado	-	-	(923)	(612)
Adições no intangível	-	-	(10)	(15)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	11.920	6.233	10.813	(8.700)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de juros sobre financiamento e debêntures	(5.949)	(5.741)	(25.270)	(23.442)
Pagamento de principal de financiamentos e debêntures	(5.464)	(3.978)	(24.889)	(22.774)
Pagamento de arrendamento	-	-	(514)	(646)
Empréstimo recebido de partes relacionadas	-	5.930	-	-
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamentos	(11.413)	(3.789)	(50.673)	(46.862)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	632	2.201	1.587	1.242
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa				
Saldo no início do exercício	3.135	934	5.579	4.337
Saldo no final do exercício	3.767	3.135	7.166	5.579
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	632	2.201	1.587	1.242

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Informações gerais

A Windepar Holding S.A. (“Companhia” ou “Windepar”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 09 de maio de 2017, com sede na cidade de São Paulo - SP na Rua Gomes de Carvalho, n. 1996, 16º andar, Conjunto 162, Sala E, e tem por objeto a participação em outras sociedades, civis ou comerciais, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, bem como, a gestão e a comercialização de bens próprios. A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A.

A Windepar controla cinco Companhias de geração de energia elétrica por meio de fonte eólicas localizadas no Brasil, sendo divulgado abaixo os detalhes das autorizações:

Controladas	Localização	Resolução Autorizativa ANEEL nº	Prazo da autorização		Início da operação	Capacidade instalada - MW	Garantia física - MW
			Início	Fim			
Energia dos Ventos I S.A. (EDV I)	Aracati (CE)	Portaria 431/12	17/07/12	17/07/47	22/12/18	23,1	11,8
Energia dos Ventos II S.A. (EDV II)	Aracati (CE)	Portaria 428/12	16/07/12	16/07/47	22/12/18	12,6	6,0
Energia dos Ventos III S.A. (EDV III)	Aracati (CE)	Portaria 433/12	19/07/12	19/07/47	22/12/18	18,9	9,6
Energia dos Ventos IV S.A. (EDV IV)	Aracati (CE)	Portaria 442/12	24/07/12	24/07/47	22/12/18	27,3	14,8
Energia dos Ventos X S.A. (EDV X)	Aracati (CE)	Portaria 435/12	19/07/12	19/07/47	22/12/18	16,8	8,7
						98,7	50,9

Não há previsão de renovação das autorizações, obrigação de entrega dos ativos ou direito de indenização ao final do prazo das autorizações.

Essas demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas.

1.1. Impactos do COVID-19

Os negócios das controladas da Companhia apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmento de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia e suas controladas não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente deles, a Companhia e suas controladas mitigam os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2022 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia e suas controladas que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas pela Companhia e suas controladas.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 28 de março de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração da Companhia e de suas controladas faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas e suas respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas a cada data de reporte, e sendo necessária mudanças, as mesmas serão reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7)** - registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”);
- **Imobilizado (nota explicativa nº 9) e Intangível (nota explicativa nº 10)** – aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Provisão para constituição de ativos (nota explicativa nº 13); Provisão para contingências (nota explicativa nº 14) e Provisão para desmobilização de ativos (nota explicativa nº 16)** - reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis – Continuação

2.5 Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e de suas controladas. As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. A tabela a seguir demonstra os investimentos que a Companhia possui:

Descrição	Atividade	Participação (%)	
		31/12/2022	31/12/2021
Participação direta			
Energia dos Ventos I S.A.	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos II S.A.	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos III S.A.	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos IV S.A.	Geração	100,00	100,00
Energia dos Ventos X S.A.	Geração	100,00	100,00

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as controladas e a controladora, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital, reservas e lucro (prejuízo) do exercício das controladas.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Instrumentos financeiros

• Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes de suas controladas é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornaram parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

• Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

3. Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.1. Instrumentos financeiros - Continuação

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia e de suas controladas têm como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração; e
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR: esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

3. Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.1. Instrumentos financeiros - Continuação

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

• Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

• Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2. Redução ao valor recuperável

• Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia e suas controladas mensuram as provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos dos contratos em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

3. Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.2. Redução ao valor recuperável - Continuação

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e de suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas consideram ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e à suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e suas controladas de acordo com os contratos e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e de suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

3. Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.2. Redução ao valor recuperável - Continuação

• Ativos não financeiros

A Companhia e suas controladas revisam periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa - UGC). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia e de suas controladas.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.3. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.3.1. Provisão para desmobilização de ativos

Aplicável às controladas que exploram parques eólicos que, nos contratos de arrendamento do terreno onde instalados, assumiram obrigações de retirada de ativos no final do prazo dos contratos. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

3.3.2. Provisão para constituição dos ativos

As provisões de constituição de ativos contemplam obrigações assumidas das obras de suas controladas a serem finalizadas oriundas das autorizações, e que estão relacionadas a um determinado projeto que já entrou em operação. A contrapartida desta provisão é registrada na rubrica de Imobilizado.

3.3.3. Provisões para contingências

A avaliação se uma provisão é necessária de ser reconhecida inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.4. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e por suas controladas. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015, limitado ao prazo de autorização.

3.5. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente, por suas controladas, são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O saldo do ativo intangível da Companhia e suas controladas estão compostos principalmente por: Ativos intangíveis adquiridos de terceiros (direito de exploração) e softwares.

3.6. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início se o contrato é ou contém arrendamento. Ou seja, se contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

3.7. Tributação

• Tributos sobre as vendas de energia

As receitas de venda de energia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

-Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e

-Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%.

Esses tributos são recolhidos com base no regime de caixa e reconhecidos com base no regime de competência, são deduzidos das receitas de vendas, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.7. Tributação - continuação

• **Imposto de renda e contribuição social - correntes**

O lucro ou prejuízo tributável difere do lucro (ou prejuízo) antes dos impostos reportado na demonstração do resultado da Companhia (sistemática do Lucro Real), devido a legislação tributária exigir que certas transações devem ser excluídas ou adicionadas ao lucro contábil. Apurado o lucro tributável, aplicam-se as alíquotas vigentes de 15%, acrescida do adicional de 10% quando o lucro tributável ultrapassar R\$240 anuais, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. E ainda, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável.

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados nas controladas da Companhia são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

• **Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica**

As controladas, em conformidade com a Lei 9.427/96, recolhem a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido.

3.8. Receita de geração de energia elétrica

As receitas de suas controladas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações dos contratos com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente nos contratos; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) satisfazer as obrigações de desempenho dos contratos. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- (a) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. O preço médio de venda atualizado em dezembro de 2022 é de:
- R\$198,00 MW/h (R\$179,90 MW/h em 2021) para a EDV I;
 - R\$196,11 MW/h (R\$178,18 MW/h em 2021) para a EDV II;
 - R\$198,49 MW/h (R\$180,34 MW/h em 2021) para a EDV III;
 - R\$197,64 MW/h (R\$179,57 MW/h em 2021) para a EDV IV; e
 - R\$197,01 MW/h (R\$179,00 MW/h em 2021) para a EDV X.

Todos os preços acima são reajustados pelo IPCA pelo período de suprimento de 20 anos contados a partir de 01 de janeiro de 2016.

- (b) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida de pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.
- (c) Suprimento de energia – ambiente livre: a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais, em 2022 não houve comercialização no ambiente livre.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.9. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras da controladora e suas controladas abrangem basicamente as receitas sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia e suas controladas classificam os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

3.10. Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia e suas controladas classificam juros pagos e dividendos pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento pois reflete a remuneração dos provedores de capital, e classifica os dividendos recebidos como atividades de investimento pois reflete o retorno sobre os investimentos efetuados.

4. Pronunciamentos técnicos novos e/ou revisado pelo CPC

4.1. Em vigor desde 1º de janeiro de 2022

A Companhia e suas controladas adotaram a partir de 1º janeiro de 2022 as normas abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);

4.2. Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamento e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2023, sendo:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante e divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26);
- Definição de estimativas contábeis (alterações ao CPC 26); e
- Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (alterações ao CPC 32).

A Companhia e suas controladas estarão avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Numerário disponível	657	-	2.955	247
Certificados de depósitos bancários	3.110	3.135	3.110	3.135
Aplicações financeiras automáticas	-	-	1.101	2.197
	3.767	3.135	7.166	5.579

Os Certificados de depósitos bancários são de liquidez imediata, sem carência e foram remuneradas, em média 100% e 99% do CDI em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente, para a Companhia. As Aplicações financeiras automáticas foram remuneradas em média a 20% do CDI em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

6. Títulos e valores mobiliários e Investimentos de curto prazo

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Fundo de investimento	20.540	28.824
Investimentos de curto prazo	20.540	28.824
Conta vinculada as Debêntures	7.951	6.703
Conta vinculada ao BNDES	55.584	50.027
Títulos e valores mobiliários	63.535	56.730
Circulante	1.299	969
Não circulante	62.236	55.761

O saldo da conta vinculada ao BNDES e Debentures são compostos por aplicações financeiras constituídas como contas reservas vinculadas aos contratos de financiamentos e debêntures da Companhia e suas controladas. Os recursos mencionados acima foram remunerados, em média de 100% a 99% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente.

A Companhia e suas controladas aplicam seus recursos com o objetivo de buscar retorno por meio de investimentos, através do Fundo de Investimento STA Energia, composto por operações compromissadas e títulos públicos. O fundo de investimento é mensurados ao valor justo por meio do resultado, e foi remunerado em média por 102% do CDI em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

7. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Ambiente regulado	8.439	7.536
Energia de curto prazo	160	272
	8.599	7.808

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi constituída, por suas controladas, provisão para perda dos recebíveis, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, na avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas possuem garantias.

8. Investimentos

A movimentação do investimento é conforme segue:

Investimentos:	Saldo em 31/12/2021	Redução de capital	Amortização do intangível	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2022
EDV I	63.001	(2.971)	(96)	107	(26)	60.015
EDV II	37.476	(1.725)	(59)	1.088	(259)	36.521
EDV III	53.305	(2.567)	(86)	2.742	(651)	52.743
EDV IV	97.566	(4.159)	(125)	2.672	(634)	95.320
EDV X	48.733	(2.175)	(78)	(394)	-	46.086
Total	300.081	(13.597)	(444)	6.215	(1.570)	290.685

Na composição do saldo de Investimentos existe uma parcela relacionada ao Direito de exploração (Intangível) no valor total líquido da amortização acumulada de R\$10.905, reclassificado para o intangível para fins de consolidação, conforme nota explicativa nº 10.

Em 08 de setembro de 2022 as controladas da Companhia, através de assembleia geral extraordinária, reduziram o capital social no valor total de R\$13.597, efetuando a devolução de capital para a Companhia, sendo R\$6.319 pagos a Companhia em 2022 e o restante será pago a Companhia em 2023.

Investimentos:	Saldo em 31/12/2020	Redução de capital	Amortização do intangível	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2021
EDV I	62.897	(1.870)	(96)	2.714	(644)	63.001
EDV II	38.390	(1.971)	(59)	1.463	(347)	37.476
EDV III	53.405	(3.194)	(86)	4.171	(991)	53.305
EDV IV	98.109	(2.678)	(125)	2.964	(704)	97.566
EDV X	49.002	(1.388)	(78)	1.568	(371)	48.733
Total	301.803	(11.101)	(444)	12.880	(3.057)	300.081

Em 22 de setembro de 2021 as controladas da Companhia, através de assembleia geral extraordinária, reduziram o capital social no valor total de R\$11.101, efetuando a devolução de capital para a Companhia, sendo R\$5.500 pagos a Companhia em 2021 e o restante de R\$5.601 pagos a Companhia em 2022.

8. Investimentos - Continuação

Os investimentos em controladas estão apresentados a seguir:

Controladora							
Descrição	Dados das controladas						
	31/12/2022						
	Qtde de ações totais	Qtde de ações detidas	Participação Votante e Total	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
EDV I	69.221.967	69.221.966	100,00%	132.123	74.466	57.657	107
EDV II	41.398.028	41.398.027	100,00%	72.336	37.268	35.068	1.088
EDV III	51.563.928	51.563.927	100,00%	106.165	55.529	50.636	2.742
EDV IV	95.942.065	95.942.064	100,00%	174.525	82.294	92.231	2.672
EDV X	54.964.888	54.964.887	100,00%	100.566	56.379	44.187	(394)

Controladora							
Descrição	Dados das controladas						
	31/12/2021						
	Qtde de ações totais	Qtde de ações detidas	Participação Votante e Total	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
EDV I	69.078.029	69.078.028	100,00%	138.663	78.116	60.547	2.714
EDV II	41.414.069	41.414.068	100,00%	74.610	38.646	35.964	1.464
EDV III	51.622.406	51.622.405	100,00%	108.449	57.338	51.111	4.171
EDV IV	95.945.147	95.945.146	100,00%	179.939	85.587	94.352	2.964
EDV X	54.836.762	54.836.761	100,00%	105.773	59.017	46.756	1.568

9. Imobilizado

	Consolidado									
	Taxa média anual de depreciação	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência	Outros	31/12/2021	Adições	Reclassificações e Outros	31/12/2022
Em serviço										
Terrenos		6.600	-	-	-	-	6.600	-	-	6.600
Edificações e obras civis	3%	10.881	-	-	-	-	10.881	-	299	11.180
Máquinas e equipamentos	4%	583.005	447	-	80	(464)	583.068	919	(368)	583.619
Móveis e utensílios	5%	89	-	-	-	-	89	-	65	154
Direito de uso s/ arrendamento (i)	4%	2.952	-	-	-	2.354	5.306	-	(1.474)	3.832
Total do custo do imobilizado		603.527	447	-	80	1.890	605.944	919	(1.478)	605.385
Depreciação										
Edificações e obras civis		(969)	(359)	-	-	-	(1.328)	(358)	(332)	(2.018)
Máquinas e equipamentos		(91.054)	(21.021)	-	-	-	(112.075)	(21.268)	341	(133.002)
Móveis e utensílios		(18)	(3)	-	-	-	(21)	(10)	(1)	(32)
Direito de uso s/ arrendamento		(351)	(256)	-	-	-	(607)	(208)	(3)	(818)
Total da depreciação		(92.392)	(21.639)	-	-	-	(114.031)	(21.844)	5	(135.870)
Imobilizado em curso		12.273	165	(35)	(80)	(532)	11.791	4	(3)	11.792
Total do imobilizado líquido		523.408	(21.027)	(35)	-	1.358	503.704	(20.921)	(1.476)	481.307

(i) Outros refere-se a remensuração do passivo de arrendamento proveniente da extensão de contrato de locação.

As imobilizações em curso referem-se aos gastos no projeto do parque eólico, proveniente do Leilão nº 07/2011 - ANEEL. Dentre os investimentos incorridos, estão valores para a compra do sistema de conexão de transmissão, obras civis e gastos diversos incorridos com a construção do parque eólico, registrado na EDV IV.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados, não tendo sido identificadas informações por meio de fontes internas e/ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

A Companhia e suas controladas não possuem ativos imobilizados dados em garantias ou penhoras.

10. Intangível

Consolidado							
Taxa média anual de amortização	31/12/2020	Adições	Outros	31/12/2021	Adições	31/12/2022	
Em serviço							
Software	20%	169	-	-	169	-	169
Direito de exploração	3%	13.921	-	-	13.921	-	13.921
Servidões		7.036	-	(580)	6.456	-	6.456
Em curso							
Outros intangíveis		-	15	-	15	10	25
Total do custo do intangível		21.126	15	(580)	20.561	10	20.571
Amortização							
Software		(140)	(17)	-	(157)	(4)	(161)
Direito de exploração		(2.128)	(444)	-	(2.572)	(444)	(3.016)
Total da amortização		(2.268)	(461)	-	(2.729)	(448)	(3.177)
Total do intangível líquido		18.858	(446)	(580)	17.832	(438)	17.394

a) Direito de exploração na aquisição de controle:

Os direitos de exploração da autorização foram gerados na aquisição de controle das EDVs e estão sendo amortizados de forma linear durante o prazo de exploração das autorizações.

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Financiadores	Empresa	31/12/2022				31/12/2021
		Encargos	Custo a amortizar	Principal	Total	Total
1ª Emissão de Debêntures	Windepar	243	(3.133)	75.642	72.752	73.301
Total Controladora		243	(3.133)	75.642	72.752	73.301
Circulante		243	(517)	7.313	7.039	4.936
Não circulante		-	(2.616)	68.329	65.713	68.365
BNDDES	EDV I	181	(52)	61.965	62.094	65.333
BNDDES	EDV II	102	(33)	35.071	35.140	36.972
BNDDES	EDV III	152	(38)	51.182	51.296	54.006
BNDDES	EDV IV	225	(45)	74.097	74.277	78.268
BNDDES	EDV X	135	(44)	47.081	47.172	49.603
Total Consolidado		1.038	(3.345)	345.038	342.731	357.483
Circulante		1.038	(729)	28.025	28.334	25.122
Não circulante		-	(2.616)	317.013	314.397	332.361

As movimentações de empréstimos, financiamentos e debêntures são compostas da seguinte forma:

Movimentação da dívida	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	73.301	69.239	357.483	366.125
Provisão de encargos de dívidas (Nota 20)	10.864	13.781	35.407	37.574
Amortização do principal	(5.464)	(3.978)	(24.889)	(22.774)
Amortização do encargos	(5.949)	(5.741)	(25.270)	(23.442)
Saldo final	72.752	73.301	342.731	357.483

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures - Continuação

• Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - Controladas

Em 07 de março de 2016, as controladas da Companhia, celebraram contratos de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com o objetivo de alongamento da dívida, no montante total de R\$261.300. Os contratos de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: 2,18% ao ano + TJLP, sendo que as primeiras amortizações ocorreram em 15 de novembro de 2016 e as últimas serão em 15 de outubro de 2032.

Em 12 de dezembro de 2019, as controladas da Companhia, celebraram contratos de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com o objetivo de implantação do sistema de conexão do Complexo Eólico Aracati, no montante total de R\$60.000. Os contratos de longo prazo, têm encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: IPCA de 1,68% ao ano + SPREAD de 1,99% ao ano, sendo que as primeiras amortizações ocorreram em 15 de janeiro de 2020 e as últimas serão em 15 de outubro de 2032.

Os contratos com BNDES estabelecem apuração anual de cláusula restritiva, a qual institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização dos contratos, a condição de manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,30. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o ICSD Consolidado foi cumprido. A Companhia e suas controladas têm cumprido com os *covenants* qualitativos e quantitativos durante os exercícios de 2022 e 2021, decorrentes dos contratos de financiamento celebrados. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado da dívida.

• Debêntures - Controladora

Em 15 de dezembro de 2016, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Companhia. O valor total da emissão foi de R\$67.500, dividida em 67.500 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$1 mil. As debêntures tiveram início de pagamento semestral em 15 de junho de 2019 e juros de IPCA+7,63% a.a., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário e com vencimento para 15 de dezembro de 2028.

O contrato de debêntures estabelece apuração anual de cláusula restritiva, a qual institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, a condição de manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,20. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o ICSD Consolidado foi cumprido. A Companhia tem cumprido com os *covenants* qualitativos durante o ano de 2022, decorrentes da emissão de debêntures celebrada. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado da dívida.

As parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos e debêntures classificadas no passivo por tipo de indexador tem os seguintes vencimentos:

Controladora	2023	2024	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
IPCA	7.556	10.055	11.883	13.254	15.540	17.597	-	75.885
(-) Custo a amortizar	(517)	(523)	(523)	(523)	(523)	(524)	-	(3.133)
Total	7.039	9.532	11.360	12.731	15.017	17.073	-	72.752

Consolidado	2023	2024	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
IPCA	13.526	15.973	17.801	19.172	21.458	23.515	22.254	133.699
TJLP	15.537	16.109	17.427	18.852	20.395	22.062	101.995	212.377
(-) Custo a amortizar	(729)	(523)	(523)	(523)	(523)	(524)	-	(3.345)
Total	28.334	31.559	34.705	37.501	41.330	45.053	124.249	342.731

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Materiais e Serviços	4	4	3.659	3.692

A rubrica de fornecedores da Companhia e suas controladas é composta por compra de materiais e serviços. Essas operações são realizados sem envolvimento de operações de “forfait”.

13. Provisões para constituição de ativo

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado, incorridos e não faturados, referentes a sua fase de implantação, reconhecidas contabilmente em contrapartida ao ativo imobilizado em curso, as quais ainda não houveram desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma da obra, e de acordo com a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	2.558	4.907
Baixas	-	(1.862)
Realização	-	(487)
Saldo final	2.558	2.558

14. Provisão para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constante do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável. A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em risco da causa supere R\$1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

- (A) Perda provável:** não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.
- (B) Perda possível:** embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no exercício findo de 31 de dezembro de 2022 merecem destaques as seguintes demandas:
- (i) Demandas Trabalhistas/Tributárias/Cíveis:** atualmente existe um processo judicial de natureza Cível, de valor em risco aproximado em R\$40 (R\$9 em 2021), um processo judicial de natureza trabalhista, de valor em risco aproximado em R\$85 (R\$74 em 2021), e um processo judicial de natureza tributária de valor em risco aproximado de R\$234, todos com risco possível de perda. Não há processos relevantes que devam ser destacados.

14. Provisão para contingências - continuação

(ii) **Demandas Regulatórias:** Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 0003995- 79.2016.4.01.3400, proposta pela Alupar Investimento S.A., bem como pelas seguintes empresas que estão sob controle comum da mesma: e ACE Comercializadora LTDA., Energia dos Ventos I S.A., Energia dos Ventos II S.A., Energia dos Ventos IV S.A. e Energia dos Ventos III S.A., contra a União Federal, visando a nulidade da aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. Atualmente tais empresas são beneficiadas por liminar impedindo a aplicação dos efeitos desta resolução. O valor somado de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado nas EDVs, caso a liminar não seja mantida, será no montante de R\$285 em 2022 e 2021.

15. Partes relacionadas

15.1. Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os saldos em aberto na data-base das demonstrações contábeis provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

Transação / parte relacionada	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Balço patrimonial				
Ativo				
Dividendos e capital a receber - EDV I	2.260	1.869	-	-
Dividendos e capital a receber - EDV II	1.529	1.058	-	-
Dividendos e capital a receber - EDV III	3.016	2.048	-	-
Dividendos e capital a receber - EDV IV	3.564	2.416	-	-
Dividendos e capital a receber - EDV X	1.535	1.268	-	-
Total do ativo	11.904	8.659	-	-
Passivo				
Arrendamento de imóveis - Alupar	-	-	466	676
Total do passivo	-	-	466	676
Demonstração de resultado				
Serviços de operação remota - AF Energia S.A.	-	-	(130)	(120)
Depreciação s/Arrendamento - Alupar/AF Energi	-	-	(102)	(137)
Receita de juros sobre mútuo ativo - EDVs	-	63	-	-
Juros sobre arrendamento - Alupar/AF Energia	-	-	(48)	(41)

15.2. Garantias

Empresa	Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2022
EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X	Alupar e Windepar	14/12/2015	Conselho de Administração	Contrato de Financiamento BNDES - nº 15.2.0778.1 e 15.2.0778.4	Pretação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mútuos e fiança corporativa.	11/02/2016	15/10/2032	261.300	270.191
EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X	Alupar e Windepar	06/11/2019	Assembleia Geral Extraordinária	Contrato de Financiamento BNDES - nº 19.2.0598.1		10/12/2019	15/10/2032	60.000	

15. Partes relacionadas - continuação

15.3. Remuneração da alta administração

A Alupar, controladora da Companhia, optou por não realizar pagamentos de remuneração da alta administração através da Companhia e de suas controladas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A remuneração da Alta Administração da Companhia e de suas controladas é paga pela própria Alupar.

16. Provisões para Desmobilização de ativo

Consolidado			
Mapa de movimentação	31/12/2021	Atualização monetária	31/12/2022
EDV I	7.023	-	7.023
EDV X	5.107	-	5.107
	12.130	-	12.130

17. Patrimônio líquido

Capital social

O capital subscrito e integralizado é de R\$298.455 em 31 de dezembro de 2022 e 2021 representado por 325.862.705 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2022 e 2021, pertencente 100% pela acionista Alupar Investimento S.A.

Em 25 de junho de 2021 através da Assembléia Geral Extraordinária foi deliberado o aumento de capital na Companhia no valor de R\$86.171 com a emissão 118.042.466 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 0,73 por ação. O aumento de capital foi integralizado mediante a conversão de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

18. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Suprimento de energia - Ambiente regulado	69.060	62.746
Suprimento de energia - Comercialização	-	16.002
Ajuste positivo CCEE	181	1.019
Receita operacional bruta	69.241	79.767
PIS - Programa de integração social	(450)	(557)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	(2.078)	(2.563)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(337)	(325)
Deduções da receita	(2.865)	(3.445)
Receita operacional líquida	66.376	76.322

19. Custos e despesas operacionais por natureza

	Controladora		Consolidado			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022		31/12/2021	
	Despesas gerais e administrativas	Despesas gerais e administrativas	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
Pessoal	-	-	(1.551)	(843)	(1.289)	(884)
Material	-	-	(607)	(136)	(488)	(9)
Serviços de Terceiros	(212)	(185)	(11.248)	(1.789)	(10.785)	(1.756)
Depreciação e amortização	(444)	(444)	(21.743)	(549)	(21.508)	(592)
Alugueis	-	-	(198)	(55)	(738)	(33)
Seguros	(1)	(1)	(880)	(16)	(619)	(28)
Doações e contribuições	-	-	(83)	-	(49)	(14)
Outros tributos e taxas	(70)	(59)	(92)	(97)	(121)	(101)
Outros	-	-	(112)	(23)	-	(10)
	(727)	(689)	(36.514)	(3.508)	(35.591)	(3.427)

20. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Financeiras				
Receita de aplicações financeiras	337	73	10.604	3.585
Outros	84	100	85	37
Total	421	173	10.689	3.622
Despesas Financeiras				
Encargos sobre dívida (nota 11)	(10.864)	(13.781)	(35.407)	(37.574)
Juros sobre arrendamento	-	-	(418)	(493)
Outros	(32)	(35)	(578)	(477)
Total	(10.896)	(13.816)	(36.403)	(38.544)
Resultado financeiro	(10.475)	(13.643)	(25.714)	(34.922)

21. Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Receita operacional bruta (nota 18)	69.241	69.241	79.767	79.767
Alíquota de presunção de lucro	8%	12%	8%	12%
	5.539	8.309	6.381	9.572
Receita financeira	10.268	10.268	3.622	3.622
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	15.807	18.577	10.003	13.194
Alíquota de 15% e 9%	2.371	1.672	1.500	1.187
Alíquota adicional de 10%	1.462	-	976	-
	3.833	1.672	2.476	1.187
Outros	-	-	57	-
Despesas com imposto de renda e contribuição social	3.833	1.672	2.533	1.187

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
<u>Demonstração da alíquota efetiva:</u>		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	518	2.268
Despesas com imposto de renda e contribuição social	5.505	3.720
Alíquota efetiva	1063%	164%

O imposto de renda e a contribuição social das controladas são recolhidos com base no lucro presumido regime de caixa e compõe indicador para o cálculo de ICSD, razão pela qual os cálculos são apresentados partindo dos valores da Receita operacional bruta e não do resultado líquido acumulado do exercício. O valor considerado para cálculo de ICSD no exercício de 2022, foi de R\$2.014, excluindo do total de R\$5.505, o valor de R\$3.491 que se refere aos impostos pagos oriundos das receitas financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia acumula prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social que gerariam potenciais créditos tributários, no valor de R\$64.159 (R\$53.401 em 31 de dezembro de 2021) para ambos. Tais créditos não foram reconhecidos, tendo em vista que as operações da Companhia não tem expectativa de base tributável de resultados que garanta a realização desses créditos em um período razoável.

22. Instrumentos financeiros e gestão de risco

JA Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

22.1. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

	Consolidado				Classificação	Nível
	31/12/2022		31/12/2021			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativos financeiros						
Caixa	2.955	2.955	247	247	Custo amortizado	-
Equivalentes de caixa	4.211	4.211	5.332	5.332	Valor justo por meio do resultado	2
Investimentos de curto prazo	20.540	20.540	28.824	28.824	Valor justo por meio do resultado	2
Títulos e valores mobiliários	63.535	63.535	56.730	56.730	Valor justo por meio do resultado	2
Contas a receber de clientes	8.599	8.599	7.808	7.808	Custo amortizado	-
	99.840	99.840	98.941	98.941		
Passivos financeiros						
Fornecedores	3.659	3.659	3.692	3.692	Custo amortizado	-
Empréstimos e financiamentos	269.979	269.979	284.182	284.182	Custo amortizado	-
Debêntures	72.752	72.752	73.301	73.301	Custo amortizado	-
Passivo de arrendamento	3.401	3.401	4.973	4.973	Custo amortizado	-
	349.791	349.791	366.148	360.971		

As metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Empréstimos e financiamentos (BNDES): em decorrência desses contratos não serem contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Debentures: As debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

22. Instrumentos financeiros e gestão de risco - continuação

22.2. Hierarquia do valor justo

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

22.3. Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e suas controladas não realizarem seus direitos alocados em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade das controladas da Companhia incorrerem em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para mitigar esse risco os contratos de venda de energia foram realizados no ambiente regulado (ACR) que preveem a apresentação de contratos de constituição de garantias.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2022, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, IPCA e TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa e receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2022 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

			Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2022	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			3,69%	5,53%	7,37%	9,21%	11,06%
Empréstimos e financiamentos	TJLP +	225.832	13.426	17.678	21.930	26.181	30.433
			2,24%	3,36%	4,48%	5,60%	6,72%
Debêntures	IPCA +	72.752	7.692	8.573	9.454	10.335	11.217
Empréstimos e financiamentos	IPCA +	44.147	2.645	3.158	3.671	4.183	4.696

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Posição em 31/12/2022	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		5,31%	7,97%	10,63%	13,28%	15,94%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	4.211	224	336	447	559
Investimentos a curto prazo	CDI	20.540	1.091	1.637	2.182	2.728
Títulos e valores mobiliários	CDI	63.535	3.375	5.063	6.751	8.438

22. Instrumentos financeiros e gestão de risco - continuação

Risco de regulação

As atividades da Companhia e suas controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e suas controladas.

Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade de falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, bem diferente de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

23. Benefícios a empregados

As controladas da Companhia oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A tabela abaixo demonstra os valores dos benefícios concedidos aos empregados das controladas da Companhia:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração direta	1.529	1.370
Auxílio alimentação	130	115
Assistência médica e seguro de vida	233	223
Vale transporte	-	2
Previdência privada (a)	39	37
Outros benefícios a empregados	8	2
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	119	98
Previdência social (INSS)	336	326
	2.394	2.173

- a) As controladas da Companhia patrocinam planos de benefícios suplementares de aposentadoria para seus empregados, implementado num plano de contribuição definida. Um banco privado é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia e suas controladas. O custeio do plano para as parcelas de contribuição definida é paritário entre as controladas da Companhia e os empregados. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (no valor de 1% sobre a parcela do salário de participação limitado até 8%, variando de acordo com a faixa etária do empregado) e com contrapartida, as controladas da Companhia farão a contribuição no valor de 100% da contribuição efetuada pelo participante.

24. Cobertura de seguros

As suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumariza os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2022

Risco objeto	Importância assegurada	Prêmio	Término da vigência
Riscos nomeados e operacional	1.142.760	1.236	10/12/2023
Risco de responsabilidade civil geral	50.000	15	10/12/2023
Risco de responsabilidade civil (D&O)	25.000	5	28/08/2023
	1.217.760	1.256	

* * *

José Luiz de Godoy Pereira
Diretor Financeiro

Daniela Ribeiro Mendes
Contadora - CRC 1SP199348/O-0